

6 Redes

6.1 A emergência de um conceito

Este capítulo tem como objetivo trazer ao lume o conceito de rede a partir de uma perspectiva interdisciplinar a fim de subsidiar o olhar desta pesquisa sobre a análise da Rede Brasileira de Educação Ambiental, a REBEA. Procuram-se, portanto, elementos que nos permitam compreender a rede como movimento social que se articula em rede com as estruturas governamentais federais.

Um dos aspectos recentes que tem alavancado a discussão sobre redes é o avanço da internet e tem sido relacionado, constantemente, a este contexto. No entanto, anterior a esta passagem o conceito de redes já existia e fez parte da concepção de diversas formas de organização de sistemas, nem sempre coerentes com os fundamentos e características intrínsecos das redes reais.

A palavra rede vem do latim *retis*, significando entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. A partir da noção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra rede foi ganhando novos significados ao longo dos tempos, passando a ser empregada em diferentes situações.

Castells (1999) em seu livro “A Sociedade em Rede”, de sua trilogia “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura”, define rede como um conjunto de nós interconectados. E como o ponto no qual uma curva se entrecorta. Ele dirá que concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. O autor defende a idéia de que em função dos processos que articulam a sociedade da informação, estamos cada vez mais emaranhados em rede, para ele:

“Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura... A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação as outras são fontes cruciais de dominação e

transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social.” (p.565)

Neste sentido, a metáfora das redes figura em nosso imaginário com elementos interligados como por exemplo: redes de computadores, de rodovias e ferrovias, de supermercados, bancos, de transmissão de eletricidade, de telefonia, de corporações empresariais, redes de serviços públicos etc. Esta metáfora é em grande parte oriunda do reconhecimento de padrões de redes encontrados nos seres vivos, nas redes biológicas, que mais recentemente, vem impactando o pensamento sobre redes sociais (Capra, 1996) e criando conceitos como o de redes sóciotécnicas (Latour,1994).

Contudo, esta é uma concepção *à priori* de redes, baseada apenas em sua forma aparente numa noção primária de rede, caracterizada por uma grande quantidade de elementos dispersos espacialmente e interligados entre si. Este fato, no entanto, desconsidera um dos principais fundamentos das redes, que é a lógica de produção das dinâmicas de relacionamento, afastamentos e aproximações, tensões e contradições entre seus nós. Em outras palavras, torna-se mais importante observar os processos que levam a articulação em rede que descrever a sua estrutura em si.

Esta tem sido a perspectiva de estudiosos do fenômeno das redes como Castells (1999) e Scherer-Warren (1999), para quem o conceito de rede tem sido utilizado para os mais diversos fins e dentro dos mais variados contextos e áreas do conhecimento, “tornando as abordagens cada vez mais multidisciplinares” (Scherer Warren, *op.cit*, p. 22), sendo que para cada uma delas há uma compreensão diferente para o termo.

A Antropologia faz uso dos conceitos de redes construídas nas relações do cotidiano, como redes de vizinhança, de parentesco, de amizade, referindo-se a redes locais ou geograficamente delimitadas. “Se pensarmos no nosso cotidiano, com o foco nas relações que sustentam nossas rotinas, veremos emergir conjuntos de redes” (AMARAL, 2004).

Saint-Simon (1760-1825) é apontado como o introdutor do conceito moderno de rede e sua concepção. Ele preconizou uma concepção de redes

também como um sistema de fluxos, falando de corpo bruto e corpo organizado. O próprio organismo humano pode ser definido como uma rede de circulação (vasos, artérias, etc.). O corpo bruto tem uma construção regular do tipo geométrico, como o cristal – a primeira forma de rede – enquanto a circulação de fluídos é uma outra variação. A originalidade de sua concepção reside no fato de que aponta a rede também como uma terceira variação, híbrida, entre as duas primeiras como um *organismo-rede*. Dentre suas concepções ele registra três fatores fundamentais no processo de organização em rede: a associação, a comunicação e a comunhão, onde esta se faz pela ação dos elementos no sistema.

Em ensaio publicado em 1909, George Simmel desenvolve metáforas sobre a ponte e a porta. A Ponte é o símbolo da associação, enquanto que a Porta seria o agente da dissociação. Esta concepção nos trás a noção de redes, suas ligações e separações. Para Simmel: “o homem é o ser de ligação que deve sempre separar, e que não pode religar sem haver separado”. Nesta máxima Simmel concebe as relações sociais das comunidades a partir de seus laços de solidariedade. Como uma porta que se abre e que integra ou exclui tudo o que está fora dela, como uma ponte que é estabelecida e lhe envia a um outro lugar.

“Enquanto que na correlação entre divisão e reunião a ponte coloca o acento sobre o segundo termo (...), a porta ilustra de modo mais claro a que ponto a separação e a ligação são dois aspectos do mesmo ato”. Simmel, (1988).

O conceito de rede é objeto de estudo de varias áreas do conhecimento humano, da biologia, passando pela matemática, às ciências sociais. Suas abordagens variam conforme o instrumental analítico e as bases teorias pertinentes. Seu caráter interdisciplinar é ancorado em perspectivas filiadas ao pensamento sistêmico e às teorias da complexidade.

Capra (1996) constrói uma compilação a partir das várias contribuições da física, da matemática e da biologia para compreensão dos sistemas vivos e seu padrão básico de organização em rede. Nos dizeres de Capra(*op.cit*):

“Onde quer que encontremos sistemas vivos – organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos –

podemos observar que seus componentes estão arranjados à maneira de rede. Sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes. (...) O padrão da vida, poderíamos dizer, é sempre um padrão de rede capaz de auto-organização” (p.12).

Esta última passagem também nos remete ao pensamento de Humberto Maturana, criador do conceito de *autopoiesis*, onde ele afirma que todos os sistemas vivos são interligados e interdependentes entre si, se auto-produzindo seguindo uma ordem de organização sistêmica que vai do micro ao macro cosmos, através de conformações consensuais de conduta, no que tange ao fluxo de informações dentre esses sistemas e com o ambiente físico.

Capra (2002) também aplica seus estudos sobre redes na análise de fenômenos sociais como o capitalismo global, a sociedade da informação, a biotecnologia e os movimentos contra-hegemônicos da sociedade civil.

Para Martinho (2004), redes são uma forma de organização que implica um conteúdo de natureza emancipatória e não outro. Redes são a tradução, na forma de desenho organizacional, de uma política de emancipação. Não pode haver distinção entre os fins dessa política e os meios de empreendê-la.

Castells(1999) analisa a nova configuração da sociedade a partir da difusão do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, que permitiram o crescimento dos fluxos financeiros e de informação nos processos da globalização capitalista. O autor defende que essas novas tecnologias são hoje as bases de toda a estrutura social de uma *lógica de redes* que seria determinante para a emergência de uma *sociedade em rede*. Em suas palavras:

“Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e a adaptabilidade; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do

tempo.”(p.54).

Castells(*op.cit*) não visa defender as redes como forma de organização, mas sim analisá-las como novas dinâmicas sociais, políticas e econômicas da chamada sociedade da informação. Ele enxerga na trama dos fluxos de capitais e informação a configuração de um estágio ultra-avançado do capitalismo. O autor comenta que essa “*entidade capitalista coletiva sem rosto, formada de fluxos financeiros operados por redes eletrônicas*”, estaria, pela primeira vez na história, dando forma às relações sociais de todo o planeta. O novo cenário vislumbrado não é exatamente animador na sua visão, pois essa nova diagramação social “*ignora as funções não essenciais, os grupos sociais subordinados e os territórios desvalorizados*”. Ainda ressalta que, embora pessoas, atividades e locais do mundo sejam vivenciados concretamente, “*seu sentido estrutural deixa de existir, incluído na lógica invisível da metarrede em que se produz valor, criam-se códigos culturais e decide-se o poder*”.

Evocando Max Weber, Castells (*op.cit*) ressalta que um dos fundamentos para a expansão de uma sociedade em redes é trazer uma curiosa aproximação com a ótica de Saint-Simon, onde era fundamental estabelecer uma rede de fluxos para a circulação do dinheiro para realizar a passagem *do corpo* do feudalismo para o *corpo do* sistema industrial, que seria garantido por princípios éticos de seus membros, inscrito na associação e na comunhão, também revestidos de caráter religioso.

Os fundamentos epistemológicos do conceito de rede foram apresentados por Michel Serres, nos anos 60. Para ele, um diagrama em rede é constituído por uma pluralidade de pontos (*sommets*) interligados entre si por uma pluralidade de ramificações (*chemins*) ou caminhos. Um *sommet* está na interseção de vários *chemins*, do mesmo modo que um *chemin* se relaciona com muitos *sommets*. Esta concepção de redes tem semelhança com o conceito de *rizoma* de Mireille Buydens (1997), em sua leitura sobre o fenômeno da internet.

É neste sentido que Castells(2001) dá grande destaque novas tecnologias de comunicação como elemento de grande impacto para a configuração das redes em nosso tempo para o autor:

“dentro de uma determinada rede os fluxos não têm nenhuma

distância (física, social, econômica, política, cultural) para um determinado ponto ou posição varia entre zero (para qualquer nó da mesma rede) e infinito (para qualquer ponto externo à rede). A inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossa sociedade”. (p. 498)

À luz do pensamento de Latour (1994), a idéia de redes não está apenas em seus elementos, sua forma e suas interconexões, mas relacionados ao nosso operar e na distinção do que é natural e social, objeto e sujeito, e o que não é. Para o autor a noção de rizoma é uma metáfora mais adequada para a rede. Uma rede, a perspectiva deste autor, é um mapa e não um decalque, quer dizer, a rede de atores é aberta, heterogênea de modo que a princípio é possível estabelecer todo e qualquer tipo de conexão, sem que seja uma necessidade de direito a redundância de elementos-chaves. O natural e o social, o sujeito e o objeto não são pólos dados de antemão, mas construções híbridas, possíveis no plano da rede.

Essa concepção de qualquer evento ou objeto como híbrido (entre o social, artificial e o natural) é proposta por Latour (*op.cit*) como a *noção de rede*, como um agenciamento da natureza, sociedade e técnica. No seu entender, quando tentamos estabelecer fronteiras nítidas entre esses *domínios*, mais ligações são explicitadas, evidenciando a amplitude e o alcance de suas conexões. Cada vez que um elemento trafega na rede, ele carrega consigo a sua história, transportando-a para outros locais que não o seu de origem e estendendo seu alcance e transformando, assim, toda a rede. Ou seja, os sistemas em rede passam a ser voláteis, imprevisíveis e não-lineares, a tal ponto que qualquer transformação em um dos pontos da rede pode acarretar em mudanças na rede como um todo.

No entanto, Latour (*op.cit*) demonstra uma profunda insatisfação com a noção de rede. O problema, em seu raciocínio, estaria no emprego errôneo do termo na linguagem digital. Citando a internet, essa noção é coerente com a possibilidade de comunicação imediata e ao acesso direto a qualquer informação. Neste contexto, a noção de redes implica uma idéia de circulação da informação sem nenhuma transformação o que fere os princípios da teoria de rede. A rede

como um rizoma é marcada pela transformação, pelo trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos, dos objetos. Fabricação que se faz em rede, através de alianças entre atores humanos e não-humanos. Na noção de rede o que importa não é somente a idéia do vínculo, mas sim o que esses vínculos produzem e que efeitos decorrem de tais alianças.

Em seus últimos textos, Latour (2002) chama a atenção para este aspecto: o que interessa ao pesquisador é acompanhar a construção dos fatos, das crenças, dos mitos, em outras palavras, a rede é sinônima de fabricação, de ação. Ela deve ser considerada como um processo distribuído entre todos seus elementos, descentralizada. Diz o autor:

“Não existe centro, o mestre criador que se poderia dizer que domina o material, ou pelo menos, uma nova incerteza é introduzida tanto no que diz respeito ao que será construído quanto no que diz respeito a quem é o responsável pela emergência das virtualidades dos materiais que temos em mãos”. (p.65).

A organização em redes possibilita o delineamento de configurações que se diferenciam, porém essa distinção é aquela que lhes confere uma lógica social singular, aí residindo sua força. Para Callon (1999), o que torna uma rede forte é que cada um de seus pontos se apóia em outros, o que faz da força um atributo coletivo, uma questão de relações e alianças.

Como afirma Serres, (1995): o conceito de rede permite ultrapassar a noção entre o local e o global – a oposição entre a tradição e a valorização dos patrimônios, e a globalização, a uniformização e a universalização. Pensar com a lógica das redes permite entender que o mesmo movimento produz o geral e o particular, sendo o global a justaposição de redes que se estendem e se entrelaçam. Nesse sentido, uma sociologia das redes é igualmente uma geografia, ou uma cartografia social.

6.2 Redes e Articulações Sociais

De acordo com Amaral, (2004), as redes de relações são inerentes às

atividades humanas. Se pensarmos no nosso cotidiano, com o foco nas relações que sustentam nossas rotinas, veremos emergir conjuntos de redes. Estas podem ser consideradas redes espontâneas (Amaral, 2004).

Para Amaral (*op.cit*) o que diferencia as redes sociais das redes espontâneas é a intencionalidade nos relacionamentos, os objetivos comuns conscientes, explicitados, compartilhados. Apesar dessas características especiais, a forma de operar das redes sociais e das espontâneas traduz princípios semelhantes aos que regem os sistemas vivos. Assim, para a autora, fundamentando-se em Capra(1996), um passo importante para entender as dinâmicas próprias do trabalho em rede é conhecer os sistemas vivos, entender como a vida se sustenta e se autoproduz. Uma diferença essencial entre os dois sistemas de rede é que os fluxos e ciclos das redes sociais estão permeados e são canais de circulação de informação, conhecimento e valores (sistemas simbólicos). No quadro abaixo procurei fazer uma analogia entre os dois sistemas, tendo como eixo comum a sustentabilidade.

Ainda segundo Amaral (*op.cit*), as redes sociais, no entanto, como forma de articulação social, emergem nos últimos anos como um padrão organizacional capaz de expressar, em seu arranjo de relações, as idéias políticas e econômicas inovadoras, nascidas do desejo de resolver problemas de um determinado grupo. Representam um grau de complexidade política de uma determinada comunidade ou grupo e não podem ser criadas artificialmente, pois emergem de processos culturais e políticos. Manifestam um desejo coletivo em inovar na forma de organização política, numa desorganização consciente e intencional de estruturas que não mais correspondem às demandas e aspirações do grupo. E revela a existência de problemas que não conseguem ser resolvidos com as antigas estruturas e formas de gestão. A autora relaciona pensamentos e valores que concorrem na elaboração de tipos diferentes de associações em rede. Baseada na perspectiva de Capra (1996) define o seguinte quadro:

Pensamento →		Valores →	
Auto-afirmativo	Integrativo	Auto-afirmativo	Integrativo
Racional	Intuitivo	Expansão	Conservação
Analítico	Síntese	Competição	Cooperação
Reduccionista	Holístico	Quantidade	Qualidade
Linear	Não-linear	Dominação	Parceria

(adaptado de Amaral, 2004)

Sendo assim, para a autora, as redes sociais, em suas diferentes configurações locais, indicam uma nova forma de organizar e vivenciar espaços de poder, em que a horizontalidade das relações resulta de alguns princípios, que devem estar expressos na gestão e nas relações: descentralização; insubordinação; conectividade; multi-liderança; autonomia, transparência, cooperação, interdependência. (Amaral, *op.cit*).

Para Scherer-Warren (2001), os movimentos sociais contemporâneos irão tentar construir uma concepção alternativa de se viver, diferentemente daquela das sociedades industriais modernas, na possibilidade de união de atores aparentemente plurais e da formação de redes de movimentos.

Neste mesmo sentido Moraes (2001) afirma que:

“A atuação em rede viabiliza a vivência democrática e a construção da cidadania pois o eixo consensual é o fortalecimento da sociedade civil no processo de universalização de valores e direitos democráticos. Congregar aspirações e necessidades concretas ou simbólicas, promovendo ações em prol da cidadania.” (p.126)

Cada rede tem uma configuração particular: Depende do ambiente onde se forma e atua, da cultura política dos membros e em especial da cultura política dos facilitadores, dos objetivos compartilhados. Muitas redes nascem e se nutrem por meio de listas de discussão na internet, outras acontecem onde as pessoas não têm acesso à web e utilizam outras estratégias de comunicação. O importante é

não procurarmos um modelo para definir o que é rede, pois as configurações e dinâmicas são variadíssimas. O que há em comum são os princípios sistêmicos do padrão organizacional em rede, por isso é essencial entender o padrão e seus princípios. (Amaral, *id.*).

Apesar das diferenças de configuração, podemos identificar nas redes as seguintes características: objetivos compartilhados, construídos coletivamente; múltiplos níveis de organização e ação; dinamismo e intencionalidade dos envolvidos; coexistência de diferentes; produção, reedição e circulação de informação; empoderamento dos participantes; desconcentração do poder; multi-iniciativas; tensão entre estruturas verticais & processos horizontais; tensão entre comportamentos de competição & cooperação & compartilhamento; composição multi-setorial; formação permanente; ambiente fértil para parcerias, oportunidade para relações multilaterais; evolução coletiva & individual para a complexidade; configuração dinâmica e mutante. (Amaral, *op.cit.*).

6.3 Fundamentos e Paradigmas de Redes

Não há um modelo para definir o padrão organizacional de uma rede social, pois suas configurações e dinâmicas são um tanto variadas, o que há em comum são princípios gerais que servem como iniciativa para esta forma de organização e que irão modelar sua estrutura e formas de atuação. Nesta perspectiva, pode-se assumir que:

“Cada rede apresenta uma configuração particular, a qual depende do ambiente onde se forma e atua, da cultura política dos membros e dos objetivos compartilhados” (MARTELETO, 2001, p. 71).

Uma atuação em rede supõe valores e a declaração dos propósitos do coletivo. Por que, para que e fundamentada em quê a rede existe? Há alguns parâmetros que norteiam a interação e devem ser considerados por quem queira trabalhar colaborativamente; uma espécie de código de conduta para a atuação em rede, segundo Martinho (2004), a organização em rede depende dos seguintes aspectos:

a) Pactos e Padrões de Rede: sem intencionalidade uma rede não consegue ser um sistema vivo, mas apenas um amontoado de possibilidades (intencionalidade aqui não possui um sentido teleológico, muito pelo contrário, mas significa a declaração de suas intenções de rede). A comunicação e a interatividade se desenvolvem a partir dos pactos e dos padrões estabelecidos em comunidade. Uma rede é uma comunidade e, como tal, pressupõe identidades e padrões a serem acordados pelo coletivo responsável. É a própria rede que vai gerar os padrões a partir dos quais os envolvidos deverão conviver. É a história da comunidade e seus contratos sociais.

b) Valores e objetivos compartilhados: O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns, interconectando ações e projetos.

c) Participação: A participação dos integrantes de uma rede é que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir. Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade de seus integrantes.

d) Colaboração: a colaboração entre os integrantes deve ser uma premissa do trabalho. A participação, portanto deve ser colaborativa, para manter a rede viva, interativa e dinâmica.

e) Multiliderança e horizontalidade: Uma rede não possui hierarquia nem chefe, pelo menos por definição. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.

f) Conectividade: Uma rede é uma costura dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros e interagindo é que indivíduos e organizações mantêm uma rede.

g) Realimentação e Informação: Numa rede, a informação circula livremente, emitida de pontos diversos, sendo encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores de informação. O importante nesses fluxos é a realimentação do sistema: retorno, feedback, consideração e legitimidade das fontes são essenciais para a participação colaborativa e até mesmo para avaliação de resultados e pesquisas.

h) Descentralização e Capilarização: Uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial. Uma rede pode se desdobrar em

múltiplos níveis ou segmentos autônomos - "filhotes" da rede -, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo "valor de rede" que a estrutura maior à qual se vinculam.

i)Dinamismo: Uma rede é uma estrutura plástica, dinâmica, cujo movimento ultrapassa fronteiras físicas ou geográficas. As redes são multifacetadas. Cada retrato da rede, tirado em momentos diferentes, revelará uma face nova.

6.4 Redes e Movimentos Sociais

O terceiro setor se caracteriza por iniciativas, cujos profissionais envolvidos percebem a colaboração participativa como um meio eficaz de realizar transformações sociais. As instituições do terceiro setor têm procurado desenvolver ações conjuntas, operando nos níveis local, regional, nacional e internacional, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. Para tanto, e a partir de diversas causas, a sociedade civil se organiza em redes para a troca de informações, a articulação institucional e política e para a implementação de projetos comuns. As experiências têm demonstrado as vantagens e os resultados de ações articuladas e projetos desenvolvidos em parceria. (Amaral, 2006).

As Redes do Terceiro Setor podem apresentar uma multiplicidade de formas, muitas vezes híbridas, a partir de determinados tipos que se desdobram e modificam em graus diferenciados de multiplicação e especialização. Inicialmente, se identificam três categorias de redes no Terceiro Setor:

Redes temáticas são aquelas que se organizam em torno de um tema, segmento ou área de atuação das entidades e indivíduos participantes. A temática abordada é o fundamento desse tipo de rede, seja ela genérica (ex.: meio ambiente, infância) ou específica (ex.: reciclagem, desnutrição infantil).

Redes regionais são as de uma determinada região ou sub-região o ponto comum de aglutinação dos parceiros: um Estado, um conjunto de municípios, um bioma, uma cidade, um conjunto de bairros etc.

Redes organizacionais são, em geral, aquelas vinculadas a uma entidade supra-institucional - isto é, que congrega instituições autônomas filiadas (federações, confederações, associações de entidades, fóruns, etc.) - ou a organizações complexas, compostas, por exemplo, de várias unidades autônomas e/ou dispersas territorialmente.

Segundo Moraes, (2001), no decurso dos anos 90, antes mesmo de a Internet alargar a rede planetária, grande parte das ONGs evoluiu para a constituição de redes que engendrassem ações locais e globais, particulares e universais, intraorganizacionais (divisões e ramificações de uma mesma entidade) e interorganizacionais (entre diferentes ONGs).

Uma série de fatores contribuiu para isto: a exigência de intensificar parcerias; o desenvolvimento tecnológico; a internacionalização de conflitos sociais e ambientais; a necessidade de amplificar a oposição ao neoliberalismo e seus efeitos nefastos. Este aspecto será particularmente importante em nossas análises de depoimentos.

6.5

O impacto das tecnologias de informação nas redes e movimentos sociais

Segundo Castells (2001), as redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Neste sentido o surgimento da Internet provocou um impacto contundente para o fortalecimento e expansão das redes. Sobre o surgimento da internet o autor descreve:

“A Internet originou-se de um esquema ousado, imaginado na década de 60 pelos guerreiros tecnológicos da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (a mítica DARPA) para impedir a tomada ou destruição do sistema norte-americano de comunicações pelos soviéticos, em caso de guerra nuclear. De certa forma o equivalente eletrônico das táticas maoístas de dispersão das forças de guerrilha, por um vasto território, para enfrentar o poder inimigo versátil e conhecedor do terreno. O resultado foi uma arquitetura

de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão, tornando barreiras eletrônicas. Em última análise a ARPANET, rede estabelecida pelo Departamento de Defesa dos EUA, tornou-se base para uma rede de comunicação horizontal global composta de milhares de redes de computadores (confessadamente para uma elite versada em computadores,...) Essa rede foi apropriada por indivíduos e grupos do mundo inteiro e com todos os tipos de objetivos. “(CASTELLS, 2001 p.26).

Esta dimensão planetária é coerente com o discurso do movimento social ambientalista. Segundo Lévy (2000):

“uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em processos de cooperação ou de troca, tudo isso independente das proximidades geográficas e das filiações institucionais.” (p127).

Podemos recorrer também ao conceito da compatibilidade sociométrica, tal como propõe Baudrillard (1995) para compreender o fenômeno das redes de comunicação como algo próprio de nossa sociedade. A sociabilidade ou a capacidade de “*criar contacto*”, de alimentar a relação e promover as trocas e de intensificar o metabolismo social torna-se nesta sociedade uma característica da “*personalidade*”. As condições de consumo, de gasto, de moda e por seu intermédio de comunicação com os outros, constituem um dos traços decisivos da “*personalidade*” sociométrica contemporânea. A pessoa como instância de determinação desaparece em proveito da personalização. A partir daí o indivíduo deixa de ser foco de valores autônomos, constitui apenas o termo de relações múltiplas num processo de inter-relações móveis.

Um dos principais estudiosos das transformações provocadas pela Internet é o filósofo francês Pierre Lévy. Para o teórico é necessário de fato, observar este fenômeno dentro da perspectiva das mutações anteriores da comunicação. A chamada a cibercultura expressa o surgimento de um novo universal, diferente das

formas culturais que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer. É a emergência de uma nova universalidade que se constrói e se estende por meio da interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentidos variados em uma renovação permanente. Para o autor:

“O ciberespaço (que também chamarei de ‘rede’) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo cibercultura, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (LÉVY, 2000 p17)

Ainda para Lévy(*op.cit*), os três princípios básicos que orientam o crescimento inicial do ciberespaço: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. Ele acredita que a solução simbolizada pelas telecomunicações, implica o reconhecimento do outro, a aceitação e a ajuda mútuas, a cooperação, a associação, a negociação, para além das diferenças de pontos de vista e de interesses. As telecomunicações são de fato responsáveis por estender de uma ponta à outra do mundo as possibilidades de contato amigável, de transações contratuais, de transmissões de saber, de trocas de conhecimento, de descoberta pacífica das diferenças.

Também é interessante observar a similaridade entre fatores que caracterizaram o surgimento tanto da Internet como o histórico da Educação Ambiental. Em que ambos tems suas bases na Academia e em certo sentido em um movimento de contracultura.

Para Moraes (2001):

“a internet veio dinamizar esforços de intervenção dos movimentos

sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquia de juízo e idiosincrasias.” (p128).

Para ele o ambiente tendencialmente interativo, cooperativo e descentralizado da Internet introduz um componente criativo nas lutas sociais. Organizações não-governamentais, associações profissionais, sindicatos e núcleos ativistas, ainda que eventualmente separados por estratégias e táticas de ação, descobrem no ciberespaço possibilidades de difundir suas reivindicações. E o que é desconcertante: sobrepujando os filtros ideológicos e as políticas editoriais da grande mídia. O que se busca é promover a disseminação de idéias e o máximo de intercâmbios. Poder interagir com quem quer apoiar, criticar, contestar. Como também driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores empenhados em alcançar justiça social. (Moraes, 2001, p.123).

Para o autor a internet veio dinamizar esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquia de juízo e idiosincrasias. (p.128).

6.6 As Redes Brasileiras e a Educação Ambiental

Scherer-Warren (*op.cit*) subdivide a teorização dos movimentos sociais latino-americanos em quatro fases: a da luta de classe, dos meados do século XX até a década de 70; das lutas nacional-populares nos anos 70; dos movimentos de base nos anos 80 e das redes de movimentos, a partir da década de 90.

Neste sentido, no Brasil os primeiros movimentos sociais organizados em forma de rede surgiram em meados dos anos 60, em função da necessidade da articulação dos atores políticos na luta pela democracia e pelo fim do regime autoritarista.

Porém, somente no final dos anos 90 que esta articulação tomou força devido ao avanço das tecnologias de comunicação digital. Esta foi uma função

explícita e reconhecida no papel político decisivo da conquista e manutenção dos direitos sociais no país. Em 1988, a criação do “Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente”, articulou, formulou e garantiu a aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Contudo, a expansão das redes ocorre mesmo nos anos 90. Em 1991, surgem duas grandes articulações: a Associação Brasileira de ONGs – Abong, uma entidade que terá papel importante no fortalecimento de redes em vários segmentos da sociedade civil brasileira; e a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, criada por 40 organizações feministas de todo país. Nessa mesma época é criado o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, que organizou o encontro paralelo da sociedade civil durante a Rio 92, na qual, entre outras articulações nasceu a Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA.

Nos anos de 1993 e 1994, a “Campanha Contra a Fome”, organizada pela “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, foi considerada como um marco na experimentação de estratégias de descentralização, autonomia e ação diferenciada, ao promover a criação de 3 mil comitês em todo o país.

Em 1996, com a ampliação do uso da internet no Brasil, proporcionou às articulações em rede um ambiente favorável para o desenvolvimento de fóruns e listas de discussão, comunidades virtuais que se tornaram encubadoras de novas articulações em rede que se seguiram. A criação da “ONG Rede de Informações para o Terceiro Setor – RITS”, em 1998, também merece destaque por ter sido pioneira no país no fomento da organização em rede e do uso de ferramentas para o trabalho colaborativo à distância.

Para Scherer-Warren (*op.cit.*), ainda que de forma hipotética, pode-se sugerir que as redes de movimentos que vem se formando no Brasil apresentam algumas características em comum; busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político.

Para a autora: “*Neste contexto, o princípio de articulação define-se, pois, a partir de uma identidade que se constrói no plano dos valores, em torno de uma concepção de mundo.*” (p.119).

No campo da EA, é notadamente importante a realização do IV Fórum de

EA e I Encontro da Rede Brasileira de EA realizado em Guarapari/ES em 1997. Com o tema “Gestões democráticas para a sustentabilidade do ambiente”, que teve como objetivos: articular e integrar educadores ambientais; divulgar as experiências regionais; atualizar os diversos segmentos da sociedade que atuam no setor; avaliar aspectos filosóficos-metodológicos que fundamentam a ação nesta área; debater 7 A sigla PRONEA refere-se ao programa criado em 1994 e a sigla ProNEA, refere-se ao programa instituído em 1999. 28 políticas públicas; e, por fim, fazer o balanço dos 5 anos pós Rio-92 e 20 anos da Conferência de Tbilisi. Neste evento ocorreu a reativação da Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA, que havia sido criada em 1992, mas havia perdido o fôlego e estava bastante desarticulada e desmobilizada.

No Brasil em 1999, foi criada a diretoria de Educação Ambiental do MMA e desde então o ProNEA desenvolve as seguintes atividades: Implantação do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis - SIBEA, objetivando atuar como um sistema integrador das informações de Educação Ambiental no país; Implantação de pólos de EA e difusão de práticas sustentáveis nos estados, objetivando irradiar as ações de EA; Fomento à formação de Comissões Interinstitucionais de EA nos estados e auxílio na elaboração de programas estaduais de EA; Implantação de curso de EA à distância, objetivando capacitar gestores, professores e técnicos de meio ambiente de todos os municípios do país; E a implantação do projeto “Protetores da Vida”, objetivando sensibilizar e mobilizar jovens para as questões ambientais.

Nesse ano também foi promulgada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de EA - PNEA e dá outras providências, a qual define EA em seu Capítulo I, Art. 1º:

“Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Em 2000, promoveu-se o Curso Básico de Educação Ambiental a Distância pelo Departamento de EA do MMA e reproduzido em 2001 com duração até 2002.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2001 concedeu uma linha de fomento para projetos de estruturação e fortalecimento de redes de EA. Foram contempladas cinco redes: Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA, Rede Paulista de Educação Ambiental – REPEA, Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul, Rede Aguapé e da Rede Acreana de Educação Ambiental - RAEA. A REASul foi constituída por pessoas e instituições que atuam nos três estados, difundindo a cultura de redes e as diretrizes e princípios da EA, que orientam suas ações, as quais estão sintonizadas com documentos como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Fórum Global das ONGs na Rio-92), Agenda 21 e Carta da Terra, além de políticas públicas como a Política Nacional de EA (Lei nº 9.795/99), e do Programa Nacional de EA (GUERRA, 2004, *Apud* Lima, 2006).

Em 2001, o SIBEA é reestruturado e passa a ter como objetivos: a) implantar um sistema de informações referenciais sobre EA; b) captar, processar, armazenar e disseminar informações atualizadas sobre EA e práticas sustentáveis, programas e práticas relacionadas à EA, profissionais e instituições atuantes em EA; c) fornecer informação para os programas ou atividades de capacitação. Foi uma importante ferramenta às redes de EA que receberam financiamento do FNMA e realizaram um diagnóstico de educadores e de projetos e de atividades realizadas em todo o Brasil. Essas redes propõem-se a executar uma prática que envolve a coleta, a inserção e a manutenção dos dados oriundos dos seus âmbitos de atuação, ou seja, de forma descentralizada, para, depois de tratados (entenda-se tratado como coletado, inserido e validado), serem disponibilizados no âmbito nacional do sistema (Lima, 2006).

Esse diagnóstico mostrou o que estava sendo feito em EA em todo o país, além de ter auxiliado a articulação de ações conjuntas entre as redes de EA. Em junho de 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que instituiu a Política Nacional de EA - PNEA. E em 2003 o MMA e o MEC promoveram a reunião de instalação do Órgão Gestor da PNEA, um passo decisivo para a execução das 30 ações em EA, que teve como primeira tarefa, a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da

Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente. Em Itajaí/SC foi ocorreru o II Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, o I Colóquio de Pesquisadores da Região Sul e o I Encontro da REASul, rede promotora de todos estes eventos. Pela primeira vez são apresentados os resultados preliminares do diagnóstico da EA na Região Sul.

Em 2004, após um grande período de dormência, redes de EA e educadores de todo país se mobilizam para a realização do V Fórum Brasileiro de EA. “Foram quase 4000 pessoas celebrando, aprendendo e ensinando, integradas em uma rede de redes pela educação, reafirmando a necessidade de questionar o modelo de consumo insustentável, do TER e não do SER e do fazer, pela diminuição das desigualdades e pela defesa da vida em nosso país e no planeta”. Enfim, este evento abriu espaço para a troca de múltiplas experiências em EA e promoveu as redes de EA de todo o país. Os resultados dos diagnósticos de EA realizado pelas redes contempladas pelo financiamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA – REBEA, REASul, Rede Aguapé, REPEA e RAEA -, foram analisados e compilados por Isabel Carvalho e apresentados no V Fórum de Educação Ambiental.

Em 2005, um outro marco da EA no âmbito Brasileiro ocorre, é a aprovação do Doutorado em Educação Ambiental na Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG. É interessante observar a evolução das concepções de Educação Ambiental ao longo do tempo. Em um primeiro momento, prevalecia a idéia da preservação da natureza, abrangendo apenas aspectos naturais e biológicos, voltando-se para preocupações com degradação ambiental. Não se considerava a necessidade de uma visão sistêmica, de interrelação entre as questões ambientais e os componentes éticos, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, entre outros.

As questões ambientais desafiam os valores da sociedade contemporânea e os rumos que esta deva escolher para o seu futuro. Superando o conceito de educação voltada para o ambiente, a EA tem incorporado as dimensões social, política, econômica e cultural, adquirindo aprofundamento conceitual, em uma visão crítica das relações ser humano/sociedade/natureza (JUSTEN, 2005, p. 126).

Só recentemente, é que a EA ganha forças para praticar uma visão socioambiental, a qual lança desafios para um melhor relacionamento entre “ser humano-ser humano” e “ser humano-restante da natureza”, através de propostas

de interlocução com a sociedade, visando uma melhor qualidade de vida, o aproveitamento dos recursos da natureza de uma forma sustentável e de relacionar as ações humanas com paradigmas éticos. “É em um segundo momento que a EA vai-se transformando em uma proposta educativa no sentido forte, isto é, que dialoga com o campo educacional, com as suas tradições, teorias e saberes” (Carvalho, 2004, *Apud* Lima, 2006).

O cenário atual exhibe um complexo sistema de redes nos mais variados âmbitos e competências. Com diferenciados campos de ação, desenhos organizacionais modernos, tipologias e arcabouços conceituais avançados e adaptados para determinados focos de ação. Não existe um levantamento da quantidade e da complexidade das redes em funcionamento hoje no país, mesmo porque existetodo um conjunto, também multifacetado de entidades de caráter associativo, como federações, confederações e outras organizações do terceiro setor, que, mesmo não sendo consideradas redes, agenciam muitas vezes processos de participação e decisão com as mesmas características distintivas.

6.7

Redes de Educação Ambiental: O caso da REBEA

A Rede Brasileira de Educação Ambiental é hoje uma rede de redes de educadores. Faz a articulação nacional das redes estaduais e locais. Ainda não existem dados formalizados sobre quantas redes e quantos integrantes fazem parte da REBEA. Estudos Amaral, (2006), Lima (2006) e Labrea (inédito) dão pistas de que esta é uma questão em aberto.¹

Todos os facilitadores da REBEA participam de redes locais ou de núcleos de formação de novas redes. A configuração atual é uma evolução natural no processo de organização de redes na comunidade de educadores ambientais. Trabalha com difusão de informação para educadores ambientais, por meio de site e lista de discussão e na sustentação da malha de contatos entre rede e educadores

¹ Em visita ao site www.rebea.org.br em 19 de março de 2008 foram contabilizadas 43 redes de abrangências regionais, nacionais e internacionais, vinculadas a REBEA.

ambientais do Brasil inteiro.

Tem como objetivos centrais a difusão da cultura organizacional em padrão de rede e o apoio ao desenvolvimento da Educação Ambiental. Nasceu da necessidade de compartilhar conhecimentos e informações e de articular, ao nível nacional, as pessoas e instituições que atuam na área de EA.

Segundo Lévy (2000, p.127) uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em processos de cooperação ou de troca, tudo isso independente das proximidades geográficas e das filiações institucionais. Tal fato poderia sugerir que a REBEA enquanto rede tenha precedido o processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil.

Os dez anos de história da REBEA são dez anos de teste da força mobilizadora de uma idéia: a de que é possível vivenciar outras formas de organização e de relações de poder que não contradigam, em sua natureza e prática, as propostas democráticas, emancipadoras da Educação Ambiental. Muito da energia ainda tem sido empregada para vencer a cultura tradicional a que estamos acostumados e que vivemos nas nossas instituições. Nesse sentido, a experiência de implementar a cultura organizacional de rede revela-se uma experiência política transformadora. É claro que a rede simbiótica, ideal, na qual todos colaboram de forma permanente, não existe, é ilusória. O que há é um esforço individual e coletivo para superação da cultura autoritária, um aprendizado permanente querendo construir novas relações humanas.

Trabalhar em rede traz grandes desafios pessoais e profissionais, pois a evolução no domínio das técnicas de comunicação, o uso habilidoso e criativo das ferramentas tecnológicas, a revolução cultural, a internalização dos fundamentos, não podem ser processos apenas individuais, têm que ser coletivos, pois não se faz uma rede sozinho. Se há um espaço em que não se cresce sozinho é o das redes. E compartilhar é a estratégia do crescimento conjunto.

A arquitetura das relações em redes e sua emergência na sociedade contemporânea configuram o fazer das vanguardas atuais, no campo da economia, da pesquisa e do conhecimento, dos movimentos sociais e da política. Presente na natureza em todos os tamanhos e com configurações variadas, a morfologia da rede só se tornou visível, óbvia como padrão organizacional, com a evolução social e intelectual rumo à percepção da complexidade e com desenvolvimento

das tecnologias da informação. Configurando estruturas abertas, não-circulares, com expansão ilimitada, as redes representam hoje importantes instrumentos de organização, articulação e mobilização social.

Os maiores desafios são apresentados no campo político das relações internas. A estrutura horizontal em rede rompe com as relações tradicionais, piramidais, de poder e de representação, possibilitando vivenciar nas relações sociais e políticas as idéias e princípios emancipatórios, de empoderamento de pessoas e organizações. Organizar-se em rede resgata a radicalidade de propostas libertárias e a fé no ser humano como um ser de fraternidade e liberdade. Na rede, o poder que tradicionalmente é vivido como poder sobre os outros ou sobre as estruturas surge como potência para realizar coletivamente.

No movimento ecológico observamos a evolução em direção à complexidade quando acompanhamos sua articulação, num primeiro momento, em assembleias estaduais permanentes de entidades ecologistas (apenas ecologistas não governamentais participavam), depois os fóruns, reunindo ecologistas e movimentos sociais diversos e, atualmente, as redes, possibilitando a convivência de pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e não governamentais, universidades, movimentos sociais, grupos organizados. As duas primeiras instâncias são estruturas piramidais com base estendida, ainda marcadas pelas relações tradicionais de poder e pela competição, enquanto que nas redes ensaia-se uma nova experiência de convívio político, gerada pela horizontalidade, pela descentralização, pela desconcentração do poder e pelo aspecto não representativo. O que não implica em não haver conflitos e disputas, mas a forma de resolução destes investe na desconcentração e na horizontalidade.

A proliferação de redes caracteriza a movimentação atual das organizações no espaço público. Percebe-se a evolução em direção à complexidade nas abordagens e propostas com opção de estruturas organizacionais que permitam a diversidade, o compartilhamento de objetivos comuns, mantendo-se as diferenças de identidade. A organização em rede permite esta liberdade.

Ao mesmo tempo e até por isso, as redes questionam frontalmente as relações interpessoais e interinstitucionais de poder. Participar verdadeiramente de uma rede implica em aceitar o desafio de rever as formas autoritárias de comportamento as quais estamos acostumados e que reproduzimos (como dominadores e como subordinados) apesar dos discursos e intenções

democratizantes. Numa rede tem poder quem tem iniciativa. Assim, a localização do poder muda constantemente e não se concentra num só lugar. Esse fenômeno causa um certo atordoamento, já que estamos acostumados a obedecer ou mandar, a partir de funções fixas, determinadas hierarquicamente. Não estamos acostumados a decidir e compartilhar. Não temos o hábito de conviver com diversos focos de poder atuando simultaneamente e de forma independente, compartilhando objetivos comuns, numa só estrutura. Sempre queremos ter o conforto de uma instância central que tome as iniciativas, decida e assuma as responsabilidades.

Neste sentido, Carvalho (1987), salienta que no caso do Brasil evidencia-se um perfil não diretamente de uma luta com um embate direto. Este panorama pode ser compreendido pelo que Carvalho chama de “inexistência de cidadania política”, o qual seria fruto, sobretudo, de uma herança ibérica que caracteriza o país por uma sociabilidade, com predominância dos aspectos afetivos, integrativos, colaborativos diferentemente da ética liberal individualista associativa. Para o autor: “*O Estado aparece como algo a que se recorre, como algo necessário e útil, mas que permanece fora do controle, externo ao cidadão.*” (146).

Nas redes, teríamos, portanto, que ir além da prática da consulta democrática e precisaríamos de vários focos de iniciativas, de multi-lideranças. Autonomia e insubordinação passam a ser, portanto, conceitos-chaves. Nesse sentido, participar de uma rede, com radicalidade, assumindo seus fundamentos, representaria uma revolução política individual, uma nova forma de organizar e vivenciar espaços de poder.

A matéria-prima das redes, torna-se então, a vontade das pessoas de participar, de se disponibilizarem em vivenciar essas novas situações. Um imaginário convocante, sedutor, que inclui os sonhos, objetivos e necessidades é fundamental, pois é ele que dá a direção comum. O alimento da malha da rede é a circulação da informação que apóia a realização dos objetivos compartilhados.

Neste sentido que Aglio (2008) afirma:

“Mas apenas as boas intenções não bastam para movimentar e dar

sustentabilidade às redes. Nem para sairmos da estrutura piramidal com base estendida. É necessário que pessoas sejam preparadas, formadas para as tarefas de sustentação, para manter a malha íntegra, o fluxo contínuo. Sejam chamados de facilitadores, animadores, cabeças de rede ou re-editores, essas pessoas necessitam do desenvolvimento de competências, do domínio de instrumentos e técnicas de comunicação e mobilização, da internalização dos fundamentos da nova cultura organizacional.” (Aglío, 2008,p.17).

Bernardo Toro, filósofo e educador colombiano, analisa perfis para identificar o que seria um facilitador (quais as características dessa pessoa? Quais as habilidades, quais as competências para essa nova liderança?). Segundo Toro (2005) a mobilização social necessita de pessoas que tem:

“por seu papel social, ocupação ou trabalho, a capacidade de re-adequar as mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade, é uma pessoa que tem público próprio, que é reconhecido socialmente, que tem a capacidade de negar, transformar, introduzir e criar sentidos frente a seu público, contribuindo para modificar suas formas de pensar, sentir e atuar.” (p.53).

Toro (2005) considera que o re-editor é diferente dos chamados multiplicadores, pois ele não reproduz os conteúdos que recebe, mas os interpreta e amplia, adequando-os ao seu público. Considera-o também diferente do militante tradicional porque enquanto o campo de atuação deste é o mundo, o campo do re-editor é o cotidiano. Segundo ele, o re-editor acredita no convencimento de cada um, o militante na conversão, na adesão.

A formação de facilitadores, capazes de constituírem nós das redes, dando sustentabilidade ao tecido que constitui a sua totalidade orgânica, é um desafio urgente. Só assim poderemos realizar a desconcentração do poder, a insubordinação, a multi-liderança, a conectividade e o fluxo permanente de informação, a participação e a cooperação, aspectos fundamentais das estruturas em rede.

As redes não substituem as organizações piramidais e não são alternativas viáveis para todos os tipos de organizações e objetivos. É impensável um igreja ou um exército com a organização horizontal. No entanto, as redes são estruturas adequadas a todos os objetivos de empoderamento e emancipação da sociedade, o que explica o interesse que têm para os educadores ambientais, comprometidos com a consolidação de cidadania local e planetária.

6.8 Planejamento de redes

Segundo Ayres: *“Participar de uma Rede Organizacional envolve algo mais do que apenas trocar informações a respeito dos trabalhos que um grupo de organizações realiza isoladamente”*. (p.6) Estar em rede significa realizar conjuntamente ações concretas que modificam as organizações para melhor e as ajudam a chegar mais rapidamente a seus objetivos.

Para que uma Rede Organizacional exerça todo o seu potencial é preciso que sejam criadas equipes de trabalho que atendam a alguns princípios:

Existência de um propósito unificador: É o espírito de uma rede. Pode ser expressado como um alvo unificador e um conjunto de valores compartilhado pelos participantes, de forma esclarecedora, democrática e explícita.

Participantes Independentes: Fazer parte de uma rede não quer dizer deixar de lado sua independência. Ao contrário, uma rede requer participantes independentes, automotivados, não limitados por hierarquias. Cada participante possui talentos únicos, diferentes e valiosos para trazer ao grupo e para exercer sua criatividade é preciso independência. É o equilíbrio entre a independência de cada participante e a interdependência cooperativa do grupo que dá força motriz a uma rede;

Interligações voluntárias: Os participantes da rede se relacionam e realizam tarefas de forma voluntária e automotivada, podendo escolher seus interlocutores e optar por trabalhar em projetos que os ajudem a cumprir seus objetivos pessoais e organizacionais.

Multiplicidade de líderes: Uma rede possui menos chefes e mais líderes. Líderes podem ser caracterizados como pessoas que assumem e mantêm compromissos, mas que também sabem atuar como seguidores se deixar ser

liderado. Como cada participante traz seus talentos à rede, estes vão ser utilizados para a resolução dos complexos problemas trazidos pelo grupo. Descentralização, independência, diversidade e fluidez de lideranças são atestados de autenticidade de uma rede que visa a transposição de fronteiras.

Interligação e transposição de fronteiras: Redes pressupõem transposição de fronteiras, sejam elas geográficas, hierárquicas, sociais ou políticas.

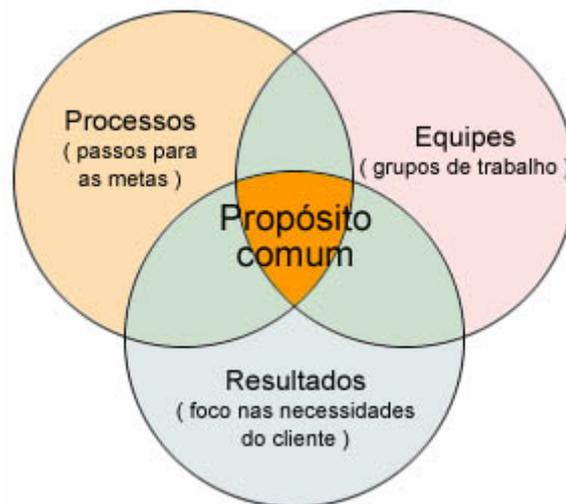


Imagem fonte: www.rits.org.br